

VOTAÇÃO DAS REFORMAS: Medida de contenção de despesas passa facilmente em momento de ajuste fiscal, em primeira votação

Senado aprova limite de gastos com vereadores

Municípios maiores, que arrecadam mais, só poderão dispor de 3% da receita para as despesas da prefeitura e da Câmara

Mônica Gugliano

• BRASÍLIA. O Senado aprovou ontem emenda constitucional que limita os gastos internos das Câmaras de Vereadores de acordo com a população dos municípios. A emenda, do senador Esperidião Amim (PPB-SC), foi aprovada por unanimidade — 63 votos — e, agora, precisa ser apreciada em mais um turno de votação no Senado e em outros dois na Câmara dos Deputados.

De acordo com o texto, os municípios com população igual ou superior a um milhão de habitantes, como, por exemplo, Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, só poderão gastar até 3% do que arrecadam com suas receitas tributárias e a soma das transferências constitucionais. Entre essas transferências estão o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

— Quando a emenda começou a tramitar, em março, ela era moralizadora. Agora, num momento de ajuste fiscal e contenção de gastos, é também oportuna — disse Amin.

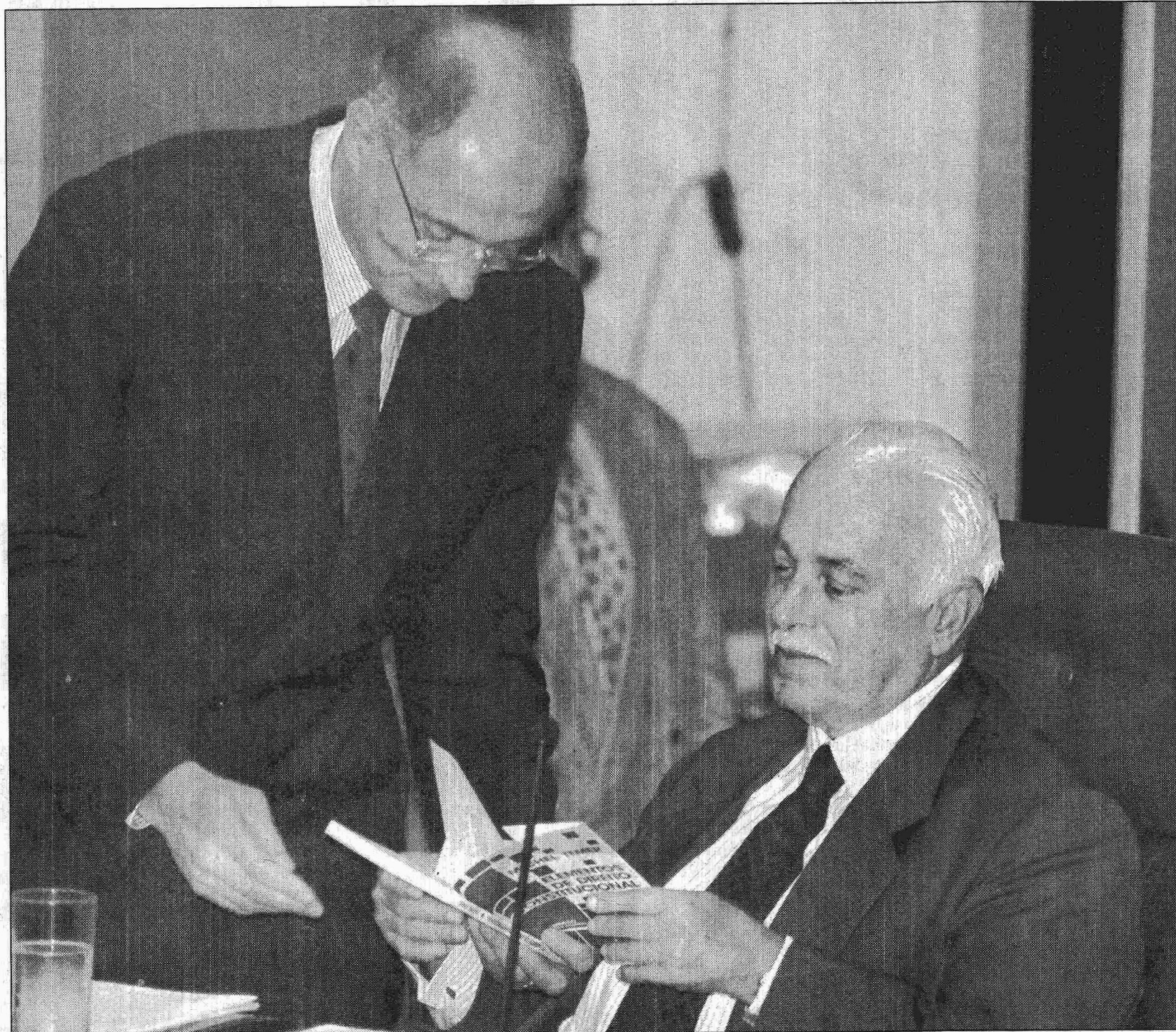
Despesas costumam ser descontadas do ICMS e do FPM

O senador lembrou que, segundo dados do IBGE, mais da metade dos municípios brasileiros não possui receita própria suficiente para arcar com os gastos de suas prefeituras e câmaras municipais. Essas despesas acabam sendo pagas com os repasses do FPM e do ICMS.

Um estudo do Ministério do Planejamento, que fez uma simulação com 4.630 municípios usando valores referentes a 1996, concluiu que a emenda pode gerar uma economia anual de US\$ 530 milhões aos cofres públicos.

A única divergência em relação à emenda foi quanto à possibilidade de estabelecer um período de transição para que os municípios se adaptassem às novas regras. O senador Jefferson Péres (PSDB-AM) apresentou um substitutivo com essa proposta, mas ele foi rejeitado pelo plenário.

Num dia tomado pela discussão das medidas de ajuste fiscal,



ANTÔNIO CARLOS conversa com o senador Eduardo Suplicy, do PT. O presidente do Senado recebeu ontem propostas alternativas para o ajuste fiscal

o presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), recebeu de um grupo de empresários paulistas um documento com críticas às propostas do Governo. No documento, os empresários pedem que o Congresso não aprove o aumento da alíquota da Contribuição Sobre Movimentação Financeira (CPMF) de 0,2% para 0,38% e também rejeite o aumento da alíquota da Cofins de

2% para 3%. Os empresários disseram ao senador que aumentar impostos significará aprofundar a recessão, sem nenhuma garantia de que isso trará um resultado positivo nas contas públicas.

Empresários sugerem sobretaxa na gasolina em vez de CPMF maior

Como alternativa, os empresários sugeriram que o Governo poderia optar por cobrar uma taxa

emergencial de R\$ 0,30 sobre a venda de cada litro de gasolina. Essa taxa substituiria o aumento da CPMF.

O prefeito de Belo Horizonte, Célio de Castro (PSB), que conversou com Antônio Carlos, também reclamou das medidas do ajuste fiscal. Célio de Castro protestou principalmente contra a idéia de prorrogar o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), aumen-

tando sua alíquota de 20% para 40%.

Segundo o prefeito da capital mineira, as medidas do ajuste fiscal tornarão inviável a administração das cidades brasileiras.

CCJ diz sim a reeleição nas Mesas de Câmara e Senado

De manhã, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou o parecer do se-

OS LIMITES PARA OS LEGISLATIVOS MUNICIPAIS

• Este é o percentual da arrecadação da receita tributária somada às transferências constitucionais que os municípios poderão utilizar para as despesas com as câmaras de vereadores.

8%: População inferior a dez mil habitantes.

7%: População igual ou superior a dez mil e inferior a 50 mil habitantes.

6%: População igual ou superior a 50 mil e inferior a cem mil habitantes: 6%.

5%: População igual ou superior a cem mil e inferior a 500 mil habitantes.

4%: População igual ou superior a 500 mil e inferior a um milhão de habitantes.

3%: População igual ou superior a um milhão de habitantes.

nador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que responde afirmativamente a uma consulta sobre a permissão da reeleição dos presidentes da Câmara e do Senado.

O parecer respondeu um requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que considerava ilegal a reeleição para esses cargos. No entanto, segundo Alcântara, quando foi aprovada a emenda que permitiu a reeleição de presidente da República, governadores e prefeitos, a inelegibilidade do presidente da Câmara e do Senado desapareceu.

O parecer foi aprovado por 14 votos a três.

— Se o próprio regimento interno da Câmara não cria obstáculos à reeleição, não vejo como alguns possam entender que no Senado deva ser diferente — argumentou o senador José Fogaça (PMDB-RS). ■